

## **O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA JUNTO AO PROJETO “FREQUÊNCIA EM DIA” REALIZADO NA ESCOLA GUSTAVO ADOLFO CÂNDIDO ALVES NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - PB**

Ruth Ferreira Conserva Andrade; Profa. Dra. Maria Noalda Ramalho; Profa. Me. Débora Suelle Miranda; Profa. Me. Liélia Barbosa Oliveira.

*(Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, [ccsa@uepb.edu.br](mailto:ccsa@uepb.edu.br)).*

### **RESUMO**

O presente artigo é um relato de experiência de estágio obrigatório do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, que foi desenvolvido na Escola Municipal Gustavo Adolfo Cândido Alves no município de Campina Grande – PB. O principal objetivo é apresentar as experiências obtidas no projeto de intervenção “Frequência em Dia: uma proposta de acompanhamento do serviço social à frequência escolar dos alunos”. O projeto de caráter contínuo tem como objetivo geral contribuir para garantir uma boa frequência escolar dos alunos. É realizado com todos os alunos do período da manhã e tarde do mesmo espaço escolar. A metodologia do projeto se dá a partir do registro de faltas, contato com os pais ou responsáveis dos alunos faltosos, visitas domiciliares e um encontro mensal do serviço social com os alunos para mostrar o seu número de faltas individual. Os principais resultados obtidos foram o acompanhamento das faltas, a diminuição da infrequência e a prevenção da evasão escolar, já que a atuação do serviço social no âmbito educacional contribui para o acesso e a efetivação do direito a política de educação, tendo em vista estratégias usadas em torno da permanência do aluno na escola, além dos encaminhamentos para as demais políticas sociais, colaborando para o desenvolvimento do educando. Desta forma o assistente social se expressa nas intervenções que se articulam frente às expressões da questão social com a finalidade de garantir o direito e a permanência do aluno na escola, legitimando essa política. **Palavras-Chave:** Serviço Social. Frequência Escolar. Educação.

### **Introdução**

Este artigo tem como objetivo sistematizar as ações desenvolvidas no estágio obrigatório em serviço social, direcionado ao projeto de intervenção “Frequência em Dia: uma proposta de acompanhamento do serviço social a frequência escolar dos alunos” realizado no primeiro semestre de 2017 na Escola Gustavo Adolfo Cândido Alves, situada à Rua Pedro Aragão, s/n, Sandra Cavalcante, Campina Grande/PB, cujo trabalho abrange a Educação Infantil (Pré I e Pré II) e o Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano).

A atuação do serviço social na educação vem para garantir a efetivação de acesso e permanência do usuário na escola, e sua contribuição remete também a encaminhamentos que

(83) 3322.3222

[contato@cintedi.com.br](mailto:contato@cintedi.com.br)

[www.cintedi.com.br](http://www.cintedi.com.br)

se encontra além das políticas educacionais, porém interligadas com a realidade social, política, econômica e cultural vivenciadas no dia a dia dos alunos.

O cotidiano escolar indica a participação e o envolvimento da família com a vida escolar nas quais são fundamentais para a permanência e o bom desempenho dos alunos na instituição de ensino, pois a interação entre escola, comunidade, instituições e família proporciona um vínculo com a realidade tratada. Diante dessa conjuntura é necessário o aprofundamento dessa relação através das discussões que exponham a função social da escola e que venham aproximar a família desse contexto escolar. (CFESS, 2001).

Alguns elementos como o baixo rendimento dos alunos, o desinteresse pelo aprendizado e a evasão escolar causam o baixo desempenho dos alunos, elementos esses que aproxima o estudante da escola. Desse modo o serviço social colabora com os estudos socioeconômicos que identificam os problemas sociais dos alunos, os quais podem estar atingindo o seu rendimento escolar, além de indicar encaminhamentos que atendem aos serviços assistenciais fundamentais à contribuição no desenvolvimento e desempenho dos alunos.

Nessa perspectiva, o artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente destaca o acesso do direito a educação e à permanência na escola (ECA, 2005). A infrequência escolar fere esse direito da criança e do adolescente, já que no inciso 3º, do artigo 54 é alegada competência do poder público “recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela frequência escolar”. Com isso a qualidade do serviço prestado ao usuário da escola pública, deve está ligado ao desenvolvimento da educação enquanto política social.

A estrutura do artigo apresenta a princípio, uma breve contextualização sobre a Política de Educação, a atuação do serviço social na educação e posteriormente o relato de experiência realizado no estágio curricular, destacando o projeto de intervenção citado anteriormente e seus resultados, além das considerações finais e referenciais dadas como embasamento teórico e metodológico para pensar formas de enfrentamento à crise política e social.

## **Metodologia**

A metodologia do projeto “Frequência em Dia” tem caráter permanente e corresponde a ações contínuas como o registro do número de faltas no instrumento de “Acompanhamento da Frequência Escolar”, criado pela escola, em seguida é feito o contato por telefone com os pais ou responsáveis dos alunos faltosos para obter uma justificativa e logo após repassar tais informações aos professores. Após o contato telefônico, realiza-se uma visita domiciliar aos

alunos que ainda continuam faltando às aulas, solicitando aos pais ou responsáveis que assegurem a frequência dos seus filhos ou crianças sob tutela, na escola. Esgotados todos os recursos do espaço de ensino, é necessário o preenchimento do CAI – “Cadastro Único do Aluno Infrequente”, encaminhado à escola pela Secretaria de Educação do município, que serve para informar ao conselho tutelar sobre os casos de faltas excessivas não justificadas de evasão.

O projeto prevê a promoção de um encontro mensal do serviço social com as turmas para a construção do “Gráfico da Minha Infrequência Escolar”, formulado pela escola, o qual contém o número de faltas individuais de cada aluno, o mesmo tem como objetivo estimular a redução da infrequência escolar, além disso, os alunos com a frequência mensal de 100% recebem um brinde da instituição de ensino.

## **I. A Política de Educação: desafios e perspectivas**

A política da educação faz parte do conjunto de políticas sociais no Brasil, na qual se faz presente na legislação educacional, essa política é de responsabilidade do estado, com base em organismos políticos e entidades da sociedade civil, se estabelece com base nas decisões normativas da nossa legislação, no entanto a política educacional, no país, deve ser guiada pelo povo, respeitando o direito de cada indivíduo e assegurando o bem comum, levando em conta seus objetivos e valores, esses elementos podem fazer o molde da educação de um povo.

A LDB faz parte dos grandes avanços do processo educacional, entretanto está vinculada a influência do capitalismo, contexto atual em que transformam o ensino que visa uma formação cidadã, em uma mera qualificação para o mercado de trabalho, conforme afirma Piana (2009) que

Embora a educação seja declarada legalmente como direito humano, prioritário, inalienável e de obrigação do Estado, ela expressa também os reflexos do mundo do trabalho e sofre as influências do mercado, da nova política de emprego do mundo moderno e da relação, público e privado. Com isso, sua qualidade e efetivação atendem aos interesses do mercado e impõe desafios na conquista da cidadania (PIANA, 2009, p 191).

Diante disso é necessária uma educação que objetive o exercício da cidadania, tendo a escola como principal elemento desta proposta, embora ultrapasse o espaço escolar. De acordo com Almeida (2000) desde a legitimação da lei 9.394 de dezembro de 1996, o Brasil colocou seu “projeto educacional à disposição das necessidades técnicas e político-ideológicas da atual fase de expansão do capitalismo”. Atualmente a política de educação tem

(83) 3322.3222

contribuído fortemente para o mercado de trabalho, através das reformas no âmbito educacional que influenciam o modelo da empregabilidade de interesse público e privado, buscando a hegemonia especialmente do setor privado para que se tenha um ensino mercantilizado, com o objetivo da busca pela lucratividade para o desenvolvimento da economia.

Nesse contexto está um grande desafio que se encontra na efetivação e continuação de uma educação de qualidade para todos, pois a garantia de formação de cidadãos críticos que interfiram na realidade, não é apenas sua inserção no mercado de trabalho. Dessa forma, o assistente social se firma como um profissional da educação, no sentido de desconstruir a lógica do capital presente nesta política setorial, onde contribui para a formação cidadã do aluno, para que ele não atenda apenas, as demandas do sistema ideológico estatal e sim possa transformar a realidade social em que vive, a partir da percepção crítica e do reconhecimento dos seus direitos garantidos por lei, como veremos no próximo tópico.

## **II. O serviço social na educação**

O serviço social no âmbito educacional tem por objetivo facilitar o acesso ao direito da política de educação. Para tanto, é necessária a intervenção do Assistente Social, pois é o profissional que trabalha com as expressões “questão social”. Todavia, é de extrema importância ressaltar que o direito a educação deve ser perseguidos por todos os profissionais que trabalham na educação e não só pelo Assistente Social, pois compreender a educação como uma Política Social que tem o compromisso de garantir direitos sociais, indica também uma reformulação e/ou ampliação do conceito de educação, onde precisa ser assimilada a partir da perspectiva de sua produção social e do papel que a escola assume na sociedade (CFESS, 2001). Cabe enfatizar a importância do assistente social no âmbito educacional. Nesse sentido, lembramos, também, da importância do compromisso com a formação profissional em âmbito de graduação em serviço social, seguindo sempre o norteamento de nosso Projeto Ético-político.

A garantia da educação como direito social continua sendo um dos principais desafios quanto à inserção e atuação dos profissionais de serviço social, pois ao mesmo tempo em que estes profissionais defendem a universalização do ensino público, há também uma exigência do capital que necessita de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho, sendo assim o assistente social luta constantemente em defesa de uma educação que construa cidadãos e não uma educação de formação tecnicista, apenas para o mercado de trabalho.

Embora a constituição de 1988 afirme que a Educação básica é responsabilidade do Estado, ele tem pouco procurado dividir as responsabilidades quanto às estratégias de ampliação do acesso a educação escolarizada com alguns setores da sociedade civil e do empresariado, apoiando-se no pressuposto neoliberal do que a responsabilidade não lhe é exclusiva e visando a legitimação desse consenso junto à sociabilidade burguesa (OLIVEIRA, 2015).

Como em qualquer outra área, o serviço social na educação requer uma luta contínua, em defesa dos interesses da classe trabalhadora, o que não é visto atualmente, principalmente no que se refere à educação brasileira, pois os investimentos que poderiam ser feitos no setor público, para aumentar a garantia ao acesso à Política de Educação, são revertidos para o setor privado de forma disfarçada, sendo oferecidos vários incentivos para incorporar essa ideia.

Na educação, o serviço social tende a colaborar para a garantia da Política de Educação e permanência do aluno no espaço educacional, requisitando profissionais que tenham uma competência teórica e política, sendo capaz de efetuar ações que intencionem as reais condições que envolvem a Política de Educação. As ações profissionais nem sempre são constituídas como procedimentos técnicos, como ter sua atuação voltada apenas para a execução de programas que visem garantir o acesso à educação escolarizada, usando procedimentos técnicos instrumentais para a concessão de bolsa ou outro tipo de benefício, assim a ação profissional passa a ser meramente executora (CEFSS - CRESS, 2011- 2014, apud SISTO, 2015).

A educação permeia por vários desafios presentes na garantia ao acesso à educação, entre elas se encontra a luta contínua pelo acesso à educação escolarizada de qualidade, que desenvolva a cidadania, e não apenas uma educação classista voltada para o mercado de trabalho, considerando que em uma sociedade de classes a educação assegura suas formas de reprodução, ou melhor, solicita uma educação definida de acordo com o ângulo de tal sociedade classista, a qual aborda a qualidade educacional almejada. Tal situação origina-se diante das desigualdades sociais que habita o ambiente educacional, expressas na Política da Educação, a qual contribui para a reprodução social de sujeitos coletivos.

A garantia da qualidade da educação que deve se pautar a atuação profissional, se ancora na perspectiva de uma educação que contribua para a emancipação humana e que não prescinde, para tanto, da apropriação pela classe trabalhadora, do acervo cultural, científico e tecnológico produzido pela humanidade. Assim como, do desenvolvimento das capacidades intelectuais e manuais, necessárias a construção de novas formas de produção, distribuição social da riqueza e sociabilidade, distintas, daquelas que caracterizam a sociedade capitalista e que determinam o amplo processo de desumanização e de aprofundamento de todos os tipos de desigualdades e injustiças que vivemos nesse tempo de barbárie (CFESS, 2014, p 44. apud SISTO, 2015, p. 9).

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br  
**www.cintedi.com.br**



Portanto, as competências específicas dos assistentes sociais na política de educação se expressam nas intervenções que se articulam com as diferentes dimensões da atuação profissional frente às expressões da questão social, com a finalidade de garantir o direito e a permanência do aluno na escola, legitimando essa política. No entanto, vale ressaltar que o direito à educação deve ser pretendido por todos os profissionais que atuam na área e não só pelo assistente social.

O papel do Serviço Social da escola Gustavo Adolfo Cândido Alves está relacionado à garantia do cumprimento do direito à educação e à efetivação da política educacional, priorizando a permanência do aluno no espaço escolar. O objetivo da escola está ligado a promoção do desenvolvimento psicopedagógico do aluno e seu pensamento crítico para o exercício da cidadania, partindo desse ponto, o assistente social é fundamental para a construção dessa formação, junto a equipe multidisciplinar.

### **Resultados e discussão do projeto “Frequência em Dia”**

O projeto de intervenção “Frequência em Dia: uma proposta de acompanhamento do serviço social à frequência escolar dos alunos”, realizado na Escola Gustavo Adolfo Cândido Alves, contou com a participação dos estagiários de serviço social.

O Projeto apresenta uma proposta de ação de acordo com um trabalho dinâmico e interativo na unidade de ensino, de forma articulada à equipe pedagógica e de gestão, aos professores, secretaria da escola, alunos e seus familiares, no sentido de acompanhar e contribuir para potencializar frequência escolar dos alunos da instituição. Por intermédio do projeto “Frequência em Dia” os alunos e suas famílias poderão tomar consciência de seu direito à política de Educação, assim como de sua responsabilidade e de seu papel como verdadeiros cidadãos.

A atuação do serviço social na educação na área da educação vem para garantir e efetivar o direito de acesso e permanência do usuário na escola, e sua contribuição remete, também, a encaminhamentos que ficam além das políticas educacionais, porém sintonizadas com a realidade social, política, econômica e cultural vivenciadas no dia a dia dos alunos. Com base nesse contexto institucional, é que o profissional do serviço social se apresenta como parte integrante da equipe multiprofissional da escola realizando um trabalho coletivo, interdisciplinar e, acima de tudo, investigativo e interventivo, objetivando o desenvolvimento de ações e projetos que contribuem para a prática pedagógica do ambiente escolar de forma “participativa, contextualizada e inclusiva”, de acordo como está previsto no Plano de Ação do Serviço Social de 2016 (ESCOLA MUNICIPAL GUSTAVO ADOLFO CÂNDIDO

ALVES, 2016) que afirma o Projeto Ético- Político da profissão, consolidado no Código de Ética Profissional de 1993, na Lei que Regulamenta a Profissão (Lei nº 8.662/1993) e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

O cotidiano escolar mostra que a participação da família com a vida escolar é fundamental para a permanência e um bom desempenho do aluno no espaço educacional, essa interação entre escola, comunidade, instituições e família é importante na construção do vínculo que se estabelece com dada realidade. O baixo rendimento dos alunos, o desinteresse pelo aprendizado e a evasão escolar são elementos marcantes nas literaturas e contributivos para os baixos desempenhos.

Conforme o projeto de intervenção “Frequência em Dia”: uma proposta de acompanhamento do serviço social à frequência escolar dos alunos, 2017, está efetivada que:

A existência do presente projeto se constitui como de relevante importância, uma vez que serve tanto de instrumento para identificar os alunos faltosos, quanto para conscientizá-los e às suas famílias em relação à frequência em dia, realizando um trabalho de prevenção à evasão escolar dos mesmos, atendendo ao enfrentamento de uma das expressões da questão social presente na área da educação (PROJETO FREQUÊNCIA EM DIA, 2017).

O projeto aqui mencionado tem como objetivo geral: contribuir para garantir uma boa frequência escolar dos alunos. E como objetivos específicos: manter a interlocução com professores; acompanhar a frequência escolar dos alunos através da consulta aos diários de classe; realizar contatos com responsáveis dos alunos faltosos; fazer visitas domiciliares aos alunos faltosos; solicitar que os pais ou responsáveis que assinem um termo de compromisso se responsabilizando com a frequência dos alunos na escola; promover encontros com os alunos na sala de aula para a construção do gráfico da sua infrequência escolar e informar casos de infrequência escolar para o Conselho Tutelar.

A metodologia do projeto “Frequência em Dia” tem caráter permanente e corresponde a ações contínuas como o registro do número de faltas no instrumento de “Acompanhamento da Frequência Escolar”, criado pela escola, em seguida é feito o contato por telefone com os pais ou responsáveis dos alunos faltosos para obter uma justificativa e logo após repassar tais informações aos professores. Após o contato telefônico, realiza-se uma visita domiciliar aos alunos que ainda continuam faltando às aulas, solicitando aos pais ou responsáveis que assegurem a frequência dos seus filhos ou crianças sob tutela, na escola. Esgotados todos os recursos do espaço de ensino, é necessário o preenchimento do CAI – “Cadastro Único do Aluno Infrequente”, encaminhado à escola pela Secretaria de Educação

do município, que serve para informar ao conselho tutelar sobre os casos de faltas excessivas não justificadas de evasão.

O projeto ainda prevê a promoção de um encontro mensal do serviço social com as turmas para a construção do “Gráfico da Minha Infrequência Escolar”, formulado pela escola, o qual contém o número de faltas individuais de cada aluno, o mesmo tem como objetivo estimular a redução da infrequência escolar, além disso, os alunos com a frequência mensal de 100% recebem um brinde da instituição de ensino.

## **Conclusões**

No artigo aqui exposto, podemos observar que a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) representa um grande avanço na história da educação, embora esteja um pouco fragilizada no que diz respeito aos embates neoliberais do capitalismo que altera o real sentido da educação, como está previsto na Constituição Federal de 1998, na qual está voltada para atingir o exercício cidadania.

Quanto à inserção do serviço social na educação, foi possível mostrar seu objetivo que gira em torno de contribuir e assegurar o direito à educação, no que corresponde ao acesso e a permanência do aluno na escola, diante da sua atuação voltada para o exercício da cidadania, através de pesquisas e estudos que dão suporte a realidade social, que se torna instrumento para a construção de projetos dirigidos às famílias e comunidade em geral.

Também foi explanada, a atividade realizada em campo de estágio, que configura um dos objetivos da educação brasileira, relacionado à prática do assistente social na instituições educacionais, que tem como objetivo efetivar os avanços garantidos por lei, através da luta constante pelo direito à educação.

No entanto, foi considerado que a atuação do projeto “Frequência em Dia” na Escola Gustavo Adolfo Cândido Alves, o qual materializa a atuação do serviço social na educação, e contribui constantemente para instituição de ensino, como um todo, incluindo o corpo docente, a equipe multidisciplinar, as famílias e os alunos. Além de fazer os alunos exercerem seu papel como cidadão na sociedade, pois através deste projeto, a escola transmite aos pais ou responsáveis, o direito dos seus filhos de ter acesso à educação.



## Referências

ALMEIDA, Nei Luiz Teixeira. O Serviço Social na Educação. **Revista Inscrita**. Conselho Federal de Serviço Social. Brasília, n.6, ano 3, jul. 2000.

BARBOSA, Mayra de Queiroz. **A demanda social pela educação e a inserção do serviço social na educação brasileira**. 1ª Edição. Campinas: Editora Papel Social, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CARVALHO, R.E. **A nova LDB e a educação especial**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço Social na Educação – uma inserção possível e necessária**. Brasília/DF, 2001.

\_\_\_\_\_. Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Brasília/DF, 2013.

ESCOLA GUSTAVO ADOLFO CÂNDIDO ALVES. **Plano de Ação do Serviço Social – Ano 2016**. Campina Grande, 2016.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. Ed. São Paulo: Boitempo editorial, 2005, 2008.

PIANA, Maria Cristina. **A Construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

